

COMITÊ DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ata da 42ª reunião ordinária, realizada em 18 de agosto de 2015

Em 18 de agosto de 2015, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu sua 42ª reunião ordinária, realizada na Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz – UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP, às 09:30 h.

A Pauta prevista foi a seguinte:

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 41ª reunião ordinária, realizada em 07 de julho de 2015
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação sobre “Contabilidade Ambiental – mensuração ambiental, econômica e social do patrimônio líquido de países, estados e municípios”, pelo Prof. Dr. José Roberto Kassai, coordenador do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente, da FEA/USP
- Apresentação sobre “A encíclica Laudato Si ante a Criação e o planeta”, pelo Prof. Dr. Francisco Borba Ribeiro Neto, coordenador do Núcleo de Fé e Cultura da PUC-SP
- Sugestões de inclusão em outras Pautas

A reunião foi aberta pela Secretária Executiva do Comitê, **Laura Ceneviva**, que agradeceu a presença dos apresentadores que representam instituições que ainda não estiveram aqui conosco, a FEA, USP, UNICAMP e a PUC para debater conosco. Dando início ao primeiro item da pauta, passou a tratar da leitura e aprovação da Ata da 42ª Reunião do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia perguntando a todos se havia algum reparo a ser feito e não havendo nada a opor deu por aprovada a referida ata de reunião. Lembrou que foi enviada por ocasião da convocação, a ata revista da penúltima reunião. Dando sequência ao próximo ponto da pauta foi questionado aos membros do Comitê se havia algum informe a ser feito e, nada havendo, passou a palavra ao nosso Secretário Adjunto, Romildo de Pinho Campello.

Romildo de Pinho Campello deu boas-vidas a todos os presentes e informou que no dia 24 de agosto , às 14 horas, será realizada uma reunião preparatória para COP21 na Assembléia Legislativa, com membros da Frente Parlamentar, tanto da Câmara Federal como da Assembléia Legislativa juntamente com a Fundação SOS Mata Atlântica, aproveitando para convidar todos para o evento.

Laura Ceneviva informou que em comemoração aos 40 anos da Escola de Jardinagem, instalada desde o início no Parque Ibirapuera e considerada um repositório de grandes de experiências, haveria uma programação repleta de eventos, debates, palestras, convidando àqueles que se interessassem pelo assunto a participar. Lembrou ainda ocorreu a visita do Prefeito Fernando Haddad ao Vaticano, acompanhado certamente por todos através dos jornais e para acrescentar informações e compartilhar visões desse encontro, haveria também a presença do professor Francisco Borba.

Dando sequência a reunião, passou-se para o próximo tópico com a apresentação do Professor Doutor **José Roberto Kassai**, coordenador do núcleo de estudos em contabilidade e meio ambiente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da área de Finanças Faculdade - FEA/USP juntamente com o Professor **Enrique Ortega** da Faculdade de Engenharia de Alimentos – FEA/UNICAMP para tratar do tema sobre contabilidade ambiental, mensuração ambiental, econômica e social, do patrimônio líquido de países, estados e municípios.

O **Professor Kassai** em sua apresentação discorreu sobre os impactos e riscos causados nas empresas pelos aspectos econômicos, sociais, ambientais, energéticos e hídricos. Informou que em 2014 foi detectado que em um dos maiores riscos no Sudeste, foi em decorrência da crise hídrica e relatou que esse problema que estamos enfrentando não é só técnico, biológico, químico, físico, social, ele é, acima de tudo, econômico. Lembrou que o governo britânico, em 2006, ele divulgou o relatório Stern, onde foram analisados todos os relatórios do IPCC e estes foram convertidos em dinheiro, questionando quanto custaria do PIB do mundo, para mitigar os efeitos das mudanças climáticas globais, envolvendo água, energia, população, doenças, conflitos. Este relatório atraiu o interesse dos mercados, do mercado financeiro, mercado de capitais. O autor deste relatório veio ao Brasil junto com o professor Jacques Markowitz, lá da USP, ex-reitor, e eles fizeram a versão brasileira chamada de EMCD, onde constará tudo que pode acontecer no país até o final do século. Com base nisso, disse que iria apresentar um dos trabalhos sobre região da zona Sul de São Paulo, Capivari-Monos e então talvez fosse um argumento adicional para que todos fizessem uma avaliação econômica também, não apenas social, ambiental, biológica, química, etc. etc. Disse que foi feito um balanço contábil como o de uma empresa, verificando o que ela tem de passivo que ela deve, e o patrimônio líquido. É a riqueza líquida. Disse que fez um balanço contábil de países e a idéia era fazer essa avaliação econômica para essa região, depois discorreu sobre de que maneira foi feito o cálculo para avaliar o ativo, pegando o PIB per capita, ajustado ao plano, uma depreciação, pela tonelada, pelo consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo da forma que aprenderam com o professor Ortega, porque a energia tem uma correlação muito grande com todos os indicadores de qualidade de vida, químicos, físicos, biológicos. Disse que quanto ao

patrimônio líquido dos países, eles avaliaram pelo saldo residual de carbono. Pegaram quanto cada país tem de estrutura para absorver carbono, desde terra, ar, água, floresta principalmente, biomassa... Quanto que cada país tem de estrutura para absorver CO2. E aí, pegaram todas as premissas do IPCC, foram 16 cenários... E questionaram quanto que cada país vai emitir de CO2 até 2050? Aí pegaram o saldo residual. E esse saldo residual que seria uma riqueza, um título de carbono de cada país, precificamos pelo custo de captura, ou pelo valor da megatonelada de carbono, que já tem negociado em bolsa, ou em mercados paralelos. Depois apuraram o passivo, que são as obrigações, tipo diferença. Analisaram 7 países, na época, Brasil, Rússia, Índia, China, não tinha África do Sul, um país desenvolvido, Estados Unidos, um da Europa, outro da Ásia. E esses 7 países representam 32% da área emersa do planeta, consomem 48% da energia, possuem metade da população e quase 70% do PIB e após avaliar os resultados concluíram que em 2050, nós teremos um PIB em torno de 50 trilhões de dólares. O passivo deu 56 trilhões, resultando em um patrimônio líquido negativo de 15 trilhões de dólares por ano que corresponde com o que foi apurado pelo relatório Ester. Em torno de 25% do PIB. Todos os países do mundo teriam que guardar 25% do PIB para mitigação dos efeitos de mudanças climáticas globais. Não só aquecimento, água, energia, doenças, etc. etc. Lembrou que o Brasil é um dos poucos e é o primeiro que tem uma situação positiva. Informou que o PIB mundial per capita é em torno de 10 mil dólares, o passivo, tirando-se a depreciação econômica-social-ambiental dá 6, o passivo é 8,5, então dá um patrimônio líquido de 2,3 mil dólares. Então cada um dos 7 bilhões de habitantes deveria guardar, por ano, 2,3 mil dólares para mitigação dos efeitos de mudanças climáticas globais.

Na sequência, o Prof. Dr. **Enrique Ortega**, da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, Laboratório de Engenharia Ecológica, discorreu sobre a análise emergética, a qual seria apropriada para se fazer um diagnóstico da região da APA Capivari-Monos, avaliando sua importância segundo este método analítico. Observou que, apesar dos argumentos tradicionais referentes às qualidades ambientais e paisagísticas existentes, estas não são suficientes para evitar a degradação da APA, sendo necessário elaborar estudos para valorar as áreas verdes em seus diversos aspectos, de forma a viabilizar o desenvolvimento da sociedade da região. Entende que a análise emergética é aquela adequada para avaliar a importância econômica da região, pois permite uma contabilidade na qual os custos dos produtos ecossistêmicos estão incorporados, ao contrário da contabilidade estritamente econômica. Apontou também a capacidade que tem o Laboratório de georeferenciar as características do território, permitindo uma compreensão espacializada das trocas de energia ocorrentes na região.

Laura Ceneviva questionou ao Prof. Ortega quanto ao orçamento-programa que a Administração Pública realiza todo ano, onde se prevê os recursos, perguntou se poderíamos imaginar esse patrimônio ambiental que temos como um ativo econômico passível de ser incluído no orçamento programa, por exemplo? Ou como uma caução? Ou como, sei lá, alguma outra forma de usar esses ativos ambientais?

Professor José Roberto Kassai afirmou que esta questão é a maior demanda que eles têm recebido na classe de economia, pois temos um patrimônio que sabemos ter algum

valor e precisamos transformar isso em título, de forma que possa ser negociado em bolsas. Disse já existir um mercado paralelo e legislação, seria uma forma de contabilizar isso na contabilidade pública.. Lembrou que em 2010 o Príncipe de Gales formou um grupo constituído por ambientalistas, políticos, economistas dos principais países do G20, além de empresas de auditoria, de consultoria, de direito e um grupo de investidores para estudar como seriam os relatórios das empresas e das entidades públicas que envolvessem os seis capitais: o capital financeiro, manufaturadas, são máquinas, capital intelectual, as patentes, as tecnologias, tem o capital humano, o capital social de relacionamento, e o ambiental o humano, o social de relacionamento e o ambiental. Disse já haver 200 empresas no mundo que estão fazendo isso e há também um grupo de trabalho fazendo isso nas empresas públicas, e com relação à sua pergunta, seria nessa outra contabilidade, registrar todos esses outros capitais. Então uma prefeitura, um estado, uma autarquia, ela seria vista, não pelo custo, mas poderíamos avaliar o quanto custa, o quanto ela gera em termos sociais, ambientais, serviços ambientais, sociais, e eventualmente, até achar uma lucratividade.

Patrícia Marra Sepe fez um questionamento mais de caráter filosófico, ao indagar como os professores Kassai e Ortega vêem algumas pessoas ou autores que consideram a questão da ética de se estar valorando um bem intangível. Disse quando se começa a trabalhar com o conceito de capital natural, precisamos ter os mesmos instrumentos e mecanismos que precisaríamos, por exemplo, no impacto ambiental em um EIA/RIMA, pois se não possuímos um instrumento de valoração econômica, sempre se perde, haja visto, os exemplos de mega-infraestruturas como o Rodoanel Sul e o Trecho Norte e a ampliação das Marginais, cujas medidas compensatórias ficaram aquém do que foi e irá ser o impacto dessas obras. Afirmou que dentro da própria administração tivemos uma grande dificuldade em emplacar o conceito de pagamento por serviços ambientais, pois achavam que era uma questão antiética ser valora bens intangíveis. Relatou que Prefeitura acabou de desenvolver um instrumento muito limitado, mas que passa a exigir de empreendedores a cota ambiental, cujo projeto de lei está na Câmara Municipal e, lembrou que o Paulo Mantey, técnico da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente trabalhou o conceito de exergia com o conceito Orgsen para valorar e trabalhar os parâmetros, os quais estão sendo exigidos do empreendedor, principalmente na questão da vegetação. Perguntou o quanto os Professores poderiam ajudar nessa valoração, tendo em vista uma grande obra, o aeródromo na região de uma várzea maravilhosa em Parelheiros, pois a questão é que ela não gera economia, não gera dinheiro e nem recursos, se conseguíssemos valorar com outra lógica seria um contraponto para o que iremos enfrentar a curto prazo quando este tema retornar.

Professor Doutor José Roberto Kassai afirmou a questão de ética, aí, é um problema comum, existem dois comportamentos éticos: a ética da convicção, onde não há meio termo e existe a outra ética relacionada com a responsabilidade social, onde se é obrigado, às vezes a tomar decisões transitórias, no sentido de gerar um benefício ao maior número de pessoas. Então a ética é muito relativa, ela tem muito a ver com a parte econômica, depende de vários fatores. Então a questão de ética, acredita que o próprio conceito, nessa fase transitória aí da humanidade, ele vai se amadurecendo. É o importante para cada problema é envolver as partes interessadas na questão. Acredita que na linha de tomar uma decisão, é preciso verificar o que

gerará benefícios ao maior número de pessoas possíveis. Quanto a segunda pergunta disse que não basta fazer um relatório, uma avaliação da região Capivari-Monos ou de outro projeto e mostrar isso em dólar, o que diferencial que trouxeram seria disponibilizar uma metodologia um pouco complicada, mas que permite ao cidadão, a gestores, realizar simulações de uma maneira global, envolvendo tudo, onde se avalia um resultado, verifica a taxa interna de retorno, o lucro, a taxa de retorno de investimentos, o uso da energia renovável ou não renovável, a qualidade de vida, a mobilidade, a poluição e a biodiversidade e acaba-se medindo como um todo, quando a base de dados estivesse montada, simula-se e teríamos os indicativos e a partir dessa informação começar o trabalho político.

Professor Henrique Ortega acrescentou que a ética varia com o tempo, com a civilização. Disse que estamos em um momento onde a ética do crescimento é a que manda. E essa ética do crescimento afeta o capitalismo, o socialismo, e hoje também, o comunismo. Essa ética do crescimento implica sempre em uma contínua expansão de intensificação do uso de energia. Só que este processo de expansão nos distancia cada vez mais do mundo em que a natureza funciona. Em função dessa disponibilidade dessa energia de tremenda potência, a população cresce nos ativos físicos, crescem as cidades, depois se começa a questionar o que fazer. Seguir com esse modelo ou mudar para outro. Quando fazemos isso estamos trabalhando com outra ética, que não é apenas o crescimento e a acumulação de riqueza nas mãos, porque podem mudar os valores. Pode haver uma ética da transição, e uma ética para o sistema realmente sustentável.

Anita Correia de S. Martins fez uma reflexão sobre a atuação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, tanto na gestão da APA, quanto nesse questionamento ético sobre a valoração dos serviços ambientais e discordou um pouco da Patrícia Marra Sepe, pois acredita que os técnicos sempre se enfraqueceram na medida em que não se conseguiu discutir essa questão. Relatou que essa questão era tão discutida na Divisão que fizeram uma parceria com a Fundação Boticário, mesmo sem recursos, sem apoio nenhum, sem ninguém acreditar e hoje esse programa fez dez anos de remuneração para os proprietários, no território das duas APA's, no município de São Paulo. Acredita isso resultou nessa conquista do Plano Diretor, de se trazer a possibilidade de utilizar do fundo municipal de meio ambiente, para ressarcir os proprietários nessas áreas. Disse saber que o custo de se manter uma área na mão do proprietário ressarcindo por esse custo que o professor falou aqui, mantendo boas práticas agrícolas, a permacultura e etc., é muito menor do que se paga em um contrato de manutenção de parque do DEPAVE. Disse que fizeram uma simulação que foi apresentada no Congresso de Unidade de Conservação em Foz do Iguaçu, onde foi comparado o custo de manutenção por hectare, de um parque como o Parque Natural do Carmo, com os contratos de vigilância e manutenção, e o preço que se pagava com o hectare, no projeto Oásis. Era dez vezes menor. Então eu acho que cabe uma reflexão. Acredita que essa metodologia apresentado pelos professores é fundamental, é uma ferramenta fundamental de gestão dessas áreas, e da continuidade da prestação desse serviço ambiental. Disse ter feito, inclusive trabalhara a questão cenários futuros. A nossa questão, sempre, foi discutir com o próprio poder público, essas obras. Seja do aeródromo, seja do Rodoanel... Enfim, que aquela área presta serviços ambientais que têm um valor incomparável aos benefícios que esses

empreendimentos vão trazer. Disse gostaria de conversar com o professor sobre a questão de se formular uma metodologia de pagamento, tentando aproveitar da lógica das experiências nacionais e internacionais, nessas questões de pagamento. Será mais um entrave a ser discutido com relação a investimentos para a recuperação de áreas, pois já existe o entendimento, inclusive do jurídico, que diz que não poderíamos aplicar recurso na recuperação dessas áreas, há uma falta de entendimento também, de que essas áreas degradadas deixam de prestar um serviço ambiental para toda a sociedade. Então para mim, não haveria nenhuma... Esse é o enfrentamento. Diz que irão pensar nisso, porque existem três coisas aí: o ressarcimento pela manutenção da área, da biodiversidade, enfim, uma questão de ressarcir pelas boas práticas ambientais, e a questão da regularidade ambiental da propriedade.

Contamos também com a apresentação do Professor Doutor **Francisco Borba Ribeiro Neto**, coordenador do Núcleo de Fé e Cultura da PUC, sobre a encíclica *Laudato Si'*, ante a criação e o planeta. Iniciou relatando o que é essa encíclica do papa, e qual seria o sentido de se discutir essa encíclica do Papa dentro de um espaço totalmente laico, em um espaço não-religioso como é este. Disse que o *Laudato Si'* nasceu porque a Igreja sempre se preocupou com a questão ambiental, desde que a questão ambiental começou a ser um tema de discussão internacional. Disse que o Vaticano foi um dos primeiros Estados que se orientou a favor da defesa do meio ambiente, desde a Conferência de Helsinki, e um pouco porque diante dos problemas, dos protocolos internacionais para preservação do meio ambiente que se seguiram à Eco92, da frustração generalizada que geraram muitos desses protocolos, o Vaticano de um modo geral, mas o Papa Francisco, nesse momento, entrou diretamente na defesa do meio ambiente, e a encíclica é feita, neste momento, fundamentalmente, por causa da Conferência do Clima, que se realizará em dezembro. Falou que este é um instrumento político, de luta, para que se consigam protocolos, acordos internacionais, mais efetivos, e que realmente sejam seguidos. Indagou a todos que força tem a Igreja ou o Papa, em uma situação como essa. Falou que existe uma famosa frase de Stalin, que perguntava quantas divisões de tanques tinha o Papa. Disse que o Papa não tem nenhuma, mas o comunismo, como sistema na União Soviética, acabou e o Vaticano ainda continua aí. Disse que existe um capital moral intangível, mas existe realmente um capital moral muito forte, associado à Igreja. Informou que o Papa Francisco, hoje, é provavelmente a personalidade política internacional com respeitabilidade ética mais reconhecida no mundo, concordando ou não com ele, sejam ou não católicos. E é esse capital moral que a Igreja coloca diretamente a favor da defesa do meio ambiente nesse ano de 2015. Sendo essa é uma primeira coisa a ser colocada. Falou que a segunda coisa importante é que a encíclica possui uma série de alinhamentos, digamos, ideológicos, conceituais, dentro do movimento ecológico, do trato da questão ecológica, hoje, no mundo. Afirmou que a primeira coisa que parece importante é deixar claro, a encíclica se liga, culturalmente, àquela grande fase do movimento ambientalista, que nós poderíamos dizer que vai, pelo menos, de 1968 até 1992, no qual o movimento ambientalista se caracteriza como um movimento de alternativa à sociedade dominante, como um outro mundo possível, em alternativa ao mundo capitalista, e naquele momento, o mundo comunista. Então, mesmo que o Papa Francisco não use esse elemento, poderíamos identificar claramente na *"Laudato Si"*, a recuperação de uma

visão utópica da questão do meio ambiente. O meio ambiente não como um problema. Simplesmente de adequação do sistema capitalista às necessidades, às limitações ambientais, mas a questão ambiental como a proposição de um outro modo de ser, de um outro modo de viver a realidade e seu conjunto. Disse então que a contribuição que ele pede para o pensamento católico, cristão, e religioso, de modo geral, enquanto instrumento de diálogo com o mundo, em uma proposta de educação ambiental, o que ele está levantando é que nós temos que trabalhar para preencher o coração do homem, para que esse coração preenchido não necessite do consumismo como forma de fuga, como forma de escape. E aí, nesse sentido, ele defende a imagem do que ele chama de uma sobriedade feliz. Eu não preciso ter muito para ser feliz. Eu preciso apenas ter as coisas certas.

Laura Ceneviva agradeceu ao Francisco pela sua apresentação e disse achar que é um tema difícil, porque foge ao cotidiano de quem trabalha no campo da mudança do clima, e ao mesmo tempo, é fundamental, porque o Papa ousou afetar e expressar as dimensões: a moral, a transcendente e a emocional que está presente no debate da mudança do clima. Disse ter lido a encíclica, que é fascinante. Então, agradeceu por trazer a reflexão que é possível fazer de início, acerca da encíclica. Disse saber que o Papa já tem uma presença marcada na reunião da COP, e de fato, para usar o exemplo do professor Ortega, ele botou um batalhão de joules, uma força enorme para, quem sabe, aticar o debate, e chamar à responsabilidade aqueles que têm que decidir. Abriu, então, a palavra aos presentes.

Bruna Cerqueira disse estar representando a Jussara Carvalho, que é a Secretária Executiva do ICLEI. A encíclica, pelo que representa politicamente para o nosso contexto nacional, é bem interessante. O Papa chamou prefeitos e governos locais para discussão, na reunião que ele promoveu no mês passado, em que o prefeito Haddad esteve presente. A encíclica cita, diversas vezes, a responsabilidade e a necessidade de se trabalhar também no âmbito local com ação. A Frente Nacional de Prefeitos, então, em cima do chamado que o Papa fez a alguns prefeitos brasileiros, conseguiu aumentar o peso dessas questões na agenda política da própria Frente. Isso é muito relevante no contexto nacional porque é uma organização que tem uma entrada com o governo federal, promovendo diálogos federativos da integração vertical das políticas sobre mudanças climáticas. Há, também, uma resposta muito concreta, que é a da Prefeitura de Bogotá, que realizará uma cúpula no final do mês de setembro, prevendo uma declaração final, que esteja estruturada como resposta dos governos locais política à encíclica. Uma nova visão de como tratar a questão climática no âmbito local, com essa visão de justiça social, uma visão mais crítica do processo econômico e de como isso impacta as populações mais vulneráveis. A Prefeitura de São Paulo recebeu um convite oficial para participar. E, certamente, isso tem um impacto na preparação do processo da COP, no contexto nacional e global. As redes globais estão trabalhando como resposta, usando o Compacto de Prefeitos, que é uma outra iniciativa que a Prefeitura de São Paulo também firmou, também assinou. E eu acho que é interessante trazer essa discussão para o Comitê, aí já entrando em próximas pautas de como a Prefeitura dá respostas concretas a isso, como ela trabalha a sua legislação climática, como se prepara para a COP 21. Fica aí como uma sugestão de próxima pauta, de como a Prefeitura de São Paulo responde rumo à COP 21, a esse chamado.

Prosseguindo, o **Professor José Roberto Kassai** agradeceu e disse que não esperava por uma apresentação como a do Prof. Borba. Falou que os que batalham na área ambiental têm um lado movido pela emoção, pelo entusiasmo. Disse que seria interessante convidar o Prof. Borba para debater a visão emergética trazida pelo Prof. Ortega, ao analisar os ecossistemas, principalmente interno e externo, para avaliar a visão de amor, de entusiasmo pelo próximo. Porque realmente é isso que vai conseguir ultrapassar as grandes barreiras.

Mariana Paiva (aluna de mestrado do professor Ortega, da UNICAMP) falou que queria complementar o que o Kassai falou, pois ela enxerga a primeira palestra, a emergia e a simulação de ecossistemas, como uma forma de traduzir a parte do amor, a parte desta segunda palestra, talvez para, de uma forma mais tangível, para a econômica, como se discute a economia e meio ambiente hoje em dia. Entendeu que as duas coisas podem caminhar juntas e têm muita sinergia.

Professor Doutor José Roberto Kassai fez mais um comentário, uma questão um pouco acadêmica. Perguntou se todos já viram um diagrama de simulação de um ecossistema. Existem vários, inclusive de vários tipos diferentes, como, por exemplo, um diagrama de uma simulação de uma floresta, ou um quadro, uma pintura dessa floresta. O que existe de semelhante, e o que existe de diferente nas duas representações? De certa forma, elas têm, de semelhante, o fato de que elas são representações. Não são a realidade em si, mas são representações daquela realidade. Uma é representação intelectual daquela floresta, é uma representação racional, quantitativa, enquanto que a outra representação é muito mais emotiva, sensível, etc. Mas existe outro ponto em comum, que eu acho importante pensarmos: elas duas estão sujeitas ao critério da beleza. Um cientista acostumado a trabalhar com modelos sabe que, quando você vê um modelo bem feito, você diz: que belo modelo. Que coisa bonita. Assim como quando você vê um quadro, você diz: que belo quadro. Por quê? Os dois representam, de certa forma, o nosso esforço de ir ao encontro de alguma coisa que está fora de nós, e que nos fascina. Tanto a ciência como a arte, são uma tentativa nossa de ir ao encontro de uma realidade que nos fascina. O grande problema é que, em um certo momento, no uso da ciência, o que nos fascina deixa de ser a realidade que nós encontramos, mas se torna o nosso poder sobre a realidade. Uma espécie de um narcisismo intelectual. Não estar fascinado pelo mundo que se encontra, mas fascinado pela capacidade de dominar o mundo. Se não conseguirmos manter uma posição ética, filosófica, existencial, na qual se resgate o encontro da beleza, da natureza, será difícil dialogar com a sociedade, com as outras pessoas, e criar uma cultura da paz, uma cultura ambiental. A natureza é bonita, mas, é frágil e precisa de outro tipo de comportamento da sociedade humana, para que ela possa manter toda sua beleza. De um comportamento amoroso. De um comportamento com conhecimento de causa e efeito

Patrícia Sepe agradeceu e referiu à emoção, bem como a forma como o Papa trabalhou tão bem as escalas. A escala planetária, a escala de países, a escala da cidade, do bairro. Então essa capacidade multiescalar de você ver, na encíclica, a sua realidade, mas também

a realidade, isso eu acho que é o grande trunfo. E nos coloca aqui. A gente está em uma luta ferrenha de aprovar Plano Diretor, revisão de lei de uso e ocupação do solo. A sociedade civil, uma parte dela, fez uma grande reflexão, e lançou um manifesto em defesa de algumas conquistas, e em algumas questões houve críticas. Prega a conciliação entre duas coisas que não são antagônicas, mas que em geral, são vistas assim, que é o direito à moradia, e o direito ao meio ambiente sustentável. O movimento de moradia acha que o direito de moradia sobrepõe a qualquer outro direito. E nós da área ambiental, achamos que a defesa ferrenha da preservação, ela é soberana a tudo. E na verdade, eles são dois direitos universais sem sobrepor. Esse manifesto prega que a cidade só vai ter o equilíbrio se essas duas forças não forem antagônicas e sim articuladas. Então pregamos nenhuma ZEPAM, que é a Zona de Preservação, e nenhuma ZEIS, que é a Zona de Interesse Social, onde se constrói habitação. Então, sem querer, estamos praticando a encíclica do papa. Que é essa conciliação de coisas tão antagônicas que na verdade não são. A cidade, qualquer coisa é um produto de consensos, nem sempre fáceis. Dos bairros mais ricos que usam o discurso do meio ambiente, como preservação do status quo, dizendo que precisa preservar aquele estilo de vida, até porque por um lado é verdade. Mas quando as pessoas começarem a ser mais fraternas e mais solidárias, entender a cidade como de todos, mas não só seu bairro, poderemos caminhar.

Secretário Adjunto Romildo Campello respondeu a pergunta da Bruna Cerqueira, quando indagou como que São Paulo se prepara para a COP 21, a resposta está aqui hoje. Se prepara para o grande fato novo que aconteceu, que é a encíclica do Papa, que é o grande fato que certamente vai mudar a história da COP, porque terá um outro comportamento a partir da encíclica. A reunião do Vaticano já mostrou isso. A mobilização. A encíclica, o foco sobre as grandes cidades. Não à toa, estamos juntando aqui a beleza e a razão, ao ter a encíclica e um pensamento matemático, contábil, analítico, sobre os serviços ambientais. Juntamos os nossos dois hemisférios cerebrais, o esquerdo e o direito, com as duas visões que o ser humano tem. Razão e emoção, nesse desafio. É exatamente desta forma. Avançando e tentando acelerar as reflexões dos nossos trabalhos na área de pagamentos por serviços ambientais, e aprofundar o diálogo com a igreja, mas com o pensamento humanista, e todas as reflexões que vêm, independente da questão religiosa. A questão do pensamento humanista de como que nós incluímos isso, inclusive aqui na Universidade de Meio Ambiente e Cultura de Paz, que é o espaço onde nós estamos nesse momento. Como nós integramos tudo? Não ter um departamento que cuida de unidades de conservação, dissociado do de educação ambiental. Dissociado do pensamento de conservação e pagamento por serviços ambientais. A nossa busca, e aí, desesperadora pelo pouco tempo que nós temos, é como integrar isso tudo. Como dar uma nova unidade e nessa unidade, colocar para funcionar, e não inventar. É dar força para as idéias que têm dentro da Secretaria. Nós recebemos, na semana passada, pessoas ligadas ao Ministério do Meio Ambiente, exatamente em uma proposta efetiva de como implantar pagamento por serviços ambientais a partir dos nossos parques. Mas eu penso que é o desafio contemporâneo, ninguém tem essa resposta, que será construída. Eu acho que o construir é o verbo que nós temos que nos focar, é o desafio.

Laura Ceneviva encerrou a reunião agradecendo muito ao professor José Roberto Kassai, professor Enrique Ortega, professor Francisco Borba Ribeiro Neto, pela contribuição deles. Disse esperar que aquilo que foi possibilitado pela reflexão, seja possível avançar. Tanto objetivamente, em atividades da Secretaria, como em outro tipo de parcerias.

LISTA DE PRESENÇA DA 42ª REUNIÃO CMMCE EM 18/08/2015

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- Lilian Sarrouf / **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON**
- Patricia Marra Sepe - **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU**
- Flávia Regina Marques Castelhana / **Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas – SMRIF**
- Tânia Ferreira– **Secretaria de Energia do Estado de São Paulo**
- Dirceu Rioji Yamazaki – **Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo**
- Marina Boldo Lisboa - **Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo**

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES POR REPRESENTAÇÃO

- Estela Maria Bonini representando Lygia Cecília Cunha – **Secretaria Municipal da Saúde**
- Júlia Moreno Lara, representando Simão Silvério da Costa - **Secretaria Municipal de Serviços /Amlurb - SES**
- Ivete Oddone representando Ronaldo Tonobohn CET - **Secretaria Municipal de Transportes - SMT**
- Bruna Cerqueira representando Jussara Carvalho – **Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais – ICLEI**
- Susete Taborda representando Américo Calandriello Junior - **Secretaria Municipal da Habitação – SEHAB**
- Priscila Freire Rocha representando Alfred Szwarc – **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP**

OUTROS INTERESSADOS PRESENTES

- Alessandro M.Mazzoni / **SVMA / UMA PAZ**
- Rubens R. Nogueira / **P.M. CAMPINAS**
- Marina Pinho Oncken – **UNICAMP**
- Anita Correia de S. Martins - **SVMA / DEPLAN**
- Bellô Monteiro – **SOS MATA Atlântica**
- Mariana Carriles – **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON**
- Mariana Oliveira Paiva - **UNICAMP**
- Christine Prisco – **UNICAMP**
- Ari Nelson Rodrigues Costa – **UNICAMP / Instituto Mauá Tecnologia**
- Enrique Ortega – **FEA / UNICAMP**
- José Roberto Kassi - **FEA/ USP**
- José Julio Ferraz de Campos – **FEA / USP**
- Oswaldo Landgraf Jr – **SVMA / DEPAVE -8**
- Lauriberto S. Salles – **Associação Nacional de Petróleo - ANP**
- Leandro Caetano – **SVMA/DEPAVE – 8**
- Ana Miraglia – **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SIURB**
- Francisco Maciel - **CIOESTE**
- Lucio M. Laginha / **SVMA – DEPLAN**
- Marília Fanucchi – **Secretaria de Energia do Estado de São Paulo – SEE**
- Maria José B. de A. Prado
- Felipe F. Pascalicchio – **SVMA / Herbáreo**
- Francisco N. C. Neves - **Associação Nacional de Petróleo – ANP /SP**
- Valério Igor Victorino – **SVMA/DEPLAN**
- Maria Helena S. Godoy – **PMSP – Subprefeitura Vila Mariana**

Romildo de Pinho Campello

Secretário Adjunto do Verde e do Meio Ambiente, representando o Secretário José Tadeu Candelária

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo